



A CONSTRUÇÃO DE SERVIÇOS TURÍSTICOS COMO EXPRESSÃO DE SOCIABILIDADE EM AMBIENTE RURAL: ESTUDO DE CASO NA REGIÃO CAMINHOS DA FRONTEIRA

THE CONSTRUCTION OF TOURIST SERVICES AS A NEW EXPRESSION OF SOCIABILITY IN A RURAL ENVIRONMENT: A CASE STUDY IN ‘CAMINHOS DA FRONTEIRA’ REGION

LA CONSTRUCCIÓN DE SERVICIOS TURÍSTICOS COMO EXPRESIÓN DE SOCIALIDAD EN UN ESPACIO RURAL: ESTUDIO DE CASO EN LA REGIÓN DE CAMINHOS DA FRONTEIRA

Adinor José Cappelesso¹Jaqueline Ely²Gabrieli Cristina Ganzava Wichert³

RESUMO

Os recursos naturais, a história e a cultura podem ser mobilizadas como bases para estruturar a oferta de produtos e serviços. O objetivo desse artigo é resgatar as transformações na dinâmica da vida social rural e estabelecer a interface com a ativação de serviços em empreendimentos turísticos na região Caminhos da Fronteira – Santa Catarina. O levantamento de dados mobilizou entrevistas semiestruturadas com 28 gestores(as) de empreendimentos turísticos em seus dezoito municípios. Ao reconstruir a história de formação regional, demonstra-se que elementos da natureza, históricos e da vida social rural são assumidos como recursos para embasar a oferta de serviços. Assim como em outras regiões, os dados levantados evidenciam que o turismo em ambiente rural vem se expandindo e diversificando. A oferta de cada empreendimento tende a iniciar com recursos diversos, sendo que a escolha para uma maior especialização depende da demanda e das condições da família para a oferta.

Palavras-chave: agroturismo; território; cesta de bens e serviços territoriais.

ABSTRACT

Natural resources, history, and culture can be used as a basis for structuring the supply of products and services. The objective of this article is to explore the transformations in the dynamics of rural social life and establish the connection with the development of services in tourism enterprises in the Caminhos da Fronteira region - Santa Catarina. The data collection involved semi-structured interviews with twenty-eight managers of tourism enterprises in eighteen municipalities. By reconstructing the history of regional formation, it is demonstrated

¹Doutor em Agroecossistemas. Professor do Instituto Federal de Santa Catarina. São Miguel do Oeste. Santa Catarina. Brasil. E-mail: adinor.capelesso@ifsc.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9833-672X>.

²Técnica em Agropecuária. Estudante da Universidade do Estado de Santa Catarina. Laguna. Santa Catarina. Brasil. E-mail: jaquelineely9@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-6337-3070>.

³Técnica em Agropecuária. Estudante da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis. Santa Catarina. Brasil. E-mail: gabrieli.wichert@gmai.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6561-4566>.

that elements of nature, history and rural social life are considered resources to support the supply of services. As in other regions, the data collected show that tourism in rural environments has been expanding and diversifying. The supply of each enterprise tends to start with different resources, and the choice for greater specialization depends on the demand and the conditions of the family to provide the supply.

Keywords: agroturism; territory; basket of territorial goods and services.

RESUMEN

Los recursos naturales, la historia y la cultura pueden movilizarse como bases para estructurar la oferta de productos y servicios. El objetivo de este artículo es destacar las transformaciones en la dinámica de la vida social rural y establecer la interfaz con la activación de servicios en empresas turísticas en la región de Caminhos da Fronteira - Santa Catarina. La recolección de datos utilizó entrevistas semiestructuradas con 28 gerentes de empresas turísticas en sus dieciocho municipios. Al reconstruir la historia de la formación regional, se demuestra que elementos de la naturaleza, la historia y la vida social rural se asumen como recursos para sustentar la prestación de servicios. Como en otras regiones, los datos recopilados muestran que el turismo en entornos rurales se ha ido expandiendo y diversificando. La oferta de cada empresa tiende a partir de recursos diferentes, y la elección por una mayor especialización depende de la demanda y de las condiciones de la familia para la oferta.

Palavras clave: agroturismo; territorio; cesta de bienes y servicios territoriales.

Como citar este artigo: CAPPELLESSO, Adinor José; ELY, Jaqueline; WICHERT, Gabrieli Cristina Ganzava. A construção de serviços turísticos como expressão de sociabilidade em ambiente rural: estudo de caso na Região Caminhos da Fronteira. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v. 16, p. 1-27, 03 fev. 2026. Doi: <https://doi.org/10.24302/drd.v16.5658>.

Artigo recebido em: 20/09/2024

Artigo aprovado em: 02/02/2026

Artigo publicado em: 03/02/2026

1 INTRODUÇÃO

A região turística Caminhos da Fronteira situa-se no extremo oeste do estado de Santa Catarina, Sul do Brasil, fazendo divisa com a Argentina e os estados do Paraná e Rio Grande do Sul. Seu processo de ocupação é similar ao descrito por Thies e Conterato (2021) para o Noroeste gaúcho: 1º) os povos originários; 2º) populações caboclas; e 3º) pela colonização oficial. Estudos arqueológicos indicam que povos Kaingang foram sucedidos na região pelos Guaranis. Com algumas variações, ambos praticavam agricultura, junto à caça e coleta. A relação desses povos com os colonizadores espanhóis e portugueses foi marcada pela violência, com ações voltadas a escravizar ou evangelizar. Atacados em sua cultura, esses povos foram dispersos e seus integrantes expulsos e/ou miscigenaram com os descendentes de africanos e europeus. Disso resultou uma população local que passou a ser denominada cabocla, a qual foi predominante na ocupação regional no Século XIX e início do Século XX. Seminômades,

habitavam áreas disputadas entre Brasil e Argentina⁴, interagindo via trocas econômicas com ambos os países (Campos, 2013; Lauerman; Capelesso; Gazolla, 2022).

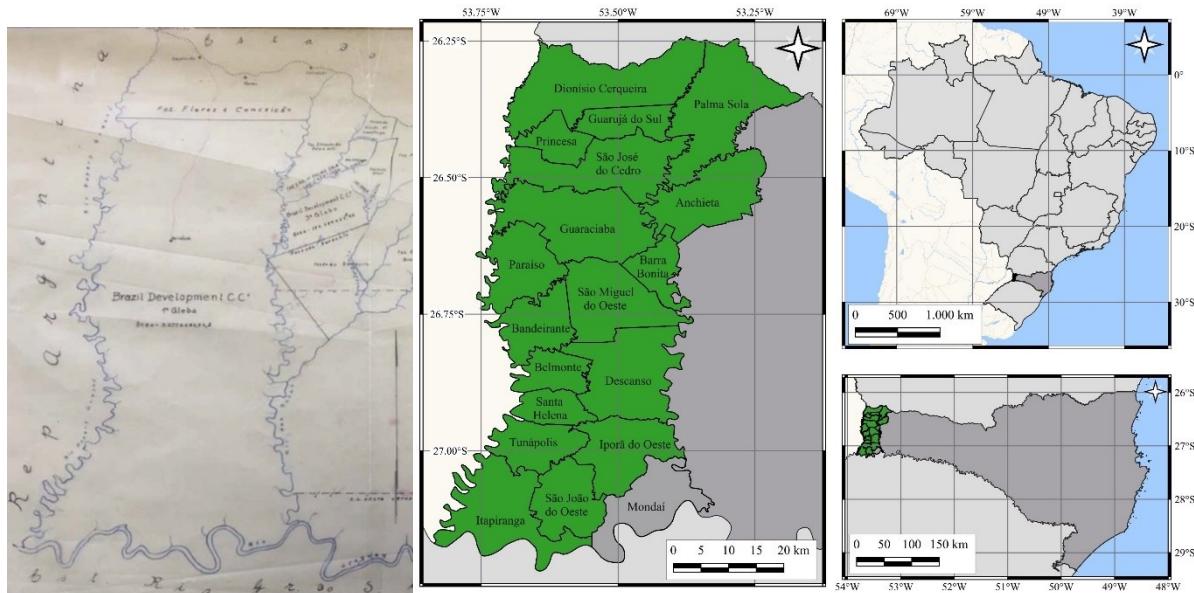
A principal atividade econômica do sistema agrário caboclo era a extração de erva-mate (*Ilex paraguariensis*) no meio da mata, via poda de ramos finos e folhas. Essa planta é endêmica e já era utilizada pelas populações indígenas para preparo do mate ou chimarrão – incorporado pelos povos que os sucederam até os dias atuais. O extrativismo era praticado sem propriedade da terra, estabelecendo residência temporária e migrando em busca de novos ervais após a extração. Um possível retorno só ocorria após as plantas restabelecerem, período de ao menos dois anos. Suas necessidades alimentares eram atendidas pela agricultura de coivara, que consiste na derrubada de pequenas áreas da floresta, seguida da queima e plantios de alimentos para o consumo. Esse modo de vida vai se alterar na primeira metade do Século XX, quando o Brasil procura consolidar a posse da região e integrá-la a economia nacional via colonização oficial (Bavaresco; Franzen; Franzen, 2013; Thies; Conterato, 2021).

Em 1910, a maior parte da região Caminhos da Fronteira foi entregue à empresa americana *Brazil Railway Company* como parte do pagamento pela construção da estrada de ferro São Paulo-Rio Grande. Nessa ação, o Estado desconsiderou a presença das pessoas ali existentes, convertendo as terras em propriedade privada. Após a redefinição das fronteiras estaduais, a validade dos títulos passou a exigir a exploração dessas terras até 1945 (Figura 1). Para compensar o atraso, dedicado a colonizar outras regiões⁵, a empresa revendeu três áreas para colonizadoras que, junto a área colonizada pela subsidiária da empresa, abriram estradas e segmentaram as terras para venda. Portadores de uma cultura segundo a qual a terra era um bem comum em um hábito migrante, os caboclos não tinham economias e não viam sentido nessas aquisições. Para atrair compradores, foram realizadas campanhas de divulgação aos filhos de imigrantes europeus de colonizações mais antigas, sobretudo, do Rio Grande do Sul. Esses novos moradores trazem seus hábitos e cultura, o que gera choques com o *ethos* estabelecido, com uma relação de poder desigual. Os conflitos resultam em elevada segregação, enquanto a erva continuava a ser extraída pelos caboclos – um ofício étnico –, mas agora devendo ser repartida com os proprietários das terras (Renk, 1997; Klug; Santos; Lima, 2018).

⁴As fronteiras nacionais só foram fixadas em 1895, em acordo mediado pelos Estados Unidos da América. Os limites estaduais entre Paraná e Santa Catarina foram fixados em 1917.

⁵A *Brazil Railway Company* recebeu concessões totais de 2.248.020 hectares no Paraná e Santa Catarina (Valentini, 2009). Entre elas estava a 1º Gleba, de 327.765,8 hectares, localizada no Extremo Oeste Catarinense.

Figura 1 – Localização dos dezoito municípios da região Caminhos da Fronteira e mapa de áreas concedidas à Brazil Railway Company e demais fazendas.



Fonte: recorte de imagem retirada de Klug; Santos e Lima (2018); e mapa elaborado a partir do Qgis.

Nota: O município de Mondaí integra a Região da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense, mas não a Caminhos da Fronteira.

A implantação de quatro projetos colonizadores gerou profunda mudança demográfica. Em meados do Século XX, a população regional passa a ser predominante de descendentes de imigrantes europeus não ibéricos, sobretudo, alemães, italianos e poloneses. Proprietários das terras, esses implantam o sistema agrário dos ‘colonos’, que passa pela derrubada da mata e venda da madeira. As restrições de acesso (áreas privadas) e o desmatamento reduzem gradativamente a disponibilidade de erva mate. As populações caboclas são constrangidas em vilas e, mais tarde, ao êxodo para as cidades, restando algumas famílias dispersas na condição de parceiro ou prestador de serviços. Nas áreas ‘limpas’ pela extração da madeira seguida da queima, os agricultores estabelecem a produção de pequenas lavouras e criações animais orientadas ao autoconsumo. Entre 1920 e 1950, as trocas econômicas da região com o ambiente externo tem pouca expressão e ficam concentradas na venda de erva mate e madeira nativas. Apesar de algumas miscigenações e mesclas culturais, a história oficial passa a sobrevalorizar os indivíduos que suprimiram a mata, entendendo-os como desbravadores que abriram oportunidade para o desenvolvimento ligado ao cultivo e às criações agropecuárias (Renk, 1997; Valentini, 2000; Thies; Conterato, 2021).

Com diferenças temporais de outras regiões do Sul do Brasil, a colonização mantém elevado grau de isolamento econômico e sociocultural, aos moldes do campesinato clássico europeu. Na final dos anos 1950, os colonos começam a se integrar às cadeias de *commodities*, com destaque regional para a suinocultura (Clar; Ayuda, 2023). A produção passa a ser escoada por caminhões até os frigoríficos, de lá seguindo pela estrada de ferro para abastecer a crescente população de São Paulo. Nos anos 1960 e 1970, essa atividade econômica se expande, ampliando o número de produtores comerciais. Em 1985, o estado catarinense possuía 35.089 suinocultores. Contudo, esse pico coincide com o esgotamento do modelo, iniciando-se o processo de exclusão de agricultores por critérios técnicos e de escala. Em uma década, reduz-se 35,8% no número de famílias vivendo da atividade, restando 23.527 famílias em 1995, o que

contribui para intensificar o êxodo rural a partir da década de 1980 (Miele; Miranda, 2013). No contexto de exclusão e crise econômica por que passava o país, a trajetória das famílias rurais da região pode ser agrupada em quatro caminhos: a) os que conseguem viabilidade econômica e se mantêm nas atividades; b) os que vendem suas terras e partem para regiões de fronteira agrícola em busca de terras mais baratas (Paraná e Centro Oeste Brasileiro); c) os que vendem suas áreas e migram para as cidades; e d) os que passam a discutir os problemas sociais e se engajam em movimento sociais de luta pela Reforma Agrária (Capelesso, 2016).

O processo de exclusão e concentração na suinocultura consolidou um modelo de integração vertical às agroindústrias, marcado pela dependência tecnológica e vulnerabilidade frente a flutuações de preços. Nas décadas de 1970-1980, muitas famílias buscaram alternativas em outras cadeias, como a produção de grãos e a fumicultura. Contudo, a consolidação deste modelo baseado em *commodities* tornou a região especialmente vulnerável às transformações macroeconômicas do final do século XX. Assim, nos anos 1990, a agricultura familiar regional sofre outro choque. A abertura comercial, de orientação neoliberal, resulta na redução de preços dos grãos cultivados regionalmente. Dispondo de áreas pequenas, há limites para ampliar a escala necessária para compensar a queda de lucratividade, o que agrava a crise e mantém os índices de êxodo rural elevados. Com muitos querendo migrar e poucos dispondo de recursos acumulados, registra-se forte queda no preço das terras. Esse contexto atrai investidores de fora da agricultura, sendo que alguns concentram áreas.

Diante do risco de inviabilidade econômica, muitos agricultores reagem e se organizam para reivindicar políticas públicas de apoio à agricultura familiar, a qual tem como marco a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf (1995/1996). Esse Programa inicialmente incluía linhas de repasse de recursos para infraestrutura dos municípios, enquanto atualmente restringiu-se ao crédito rural e políticas públicas associadas, como preço mínimo e seguro agrícola. O financiamento de Pronaf contribuiu para a estruturação de muitas unidades produtivas, gerando bem-estar financeiro e qualidade de vida (Capelesso; Cazella; Schmitt Filho, 2017; Vieira; Lenz; Visentini, 2021). Contudo, há que considerar que as análises dos beneficiários desse programa contemplam famílias que encontraram possibilidades de êxito para permanência, deixando de lado aqueles que não conseguiram se inserir em novas cadeias de produção.

Os anos 1990 representam um período desafiador para as famílias de agricultores. Ao analisar as possibilidades de inserção econômica, os estudos sobre as experiências de desenvolvimento de territórios rurais evidenciam duas dinâmicas. De um lado, predomina a centralidade atribuída às cadeias globais de *commodities*, atuando como produtores um mercado globalizado. Na região de estudo, essa se expressa principalmente na produção de suínos e aves, alguns estabelecimentos especializados em soja e milho. A partir dos anos 2000, grande número de famílias converte a bovinocultura de leite em atividade comercial, a qual gradativamente passa a exigir ganhos de escala e selecionar os produtores de maiores volumes. Contudo, esse modelo nem sempre é compatível com os recursos naturais e humanos disponíveis em certas regiões e unidades produtivas, a qual pode inviabilizar uma parte ou a quase totalidade dos estabelecimentos rurais. Nessa direção, no intervalo intercensitário 2006-2017, ocorreu redução de 25,6% no número de estabelecimentos agropecuários na região, restando 13.314 em 2017. De outro, os estudos de territórios rurais marginalizados evidenciam a busca dos atores por alternativas, com destaque para projetos direcionados a valorizar a diversidade, tanto de produtos como de serviços (Martignoni; Corona, 2018; Cazella *et al.* 2020).

Apesar de grande parte dos agricultores da região de estudo estarem integrados às cadeias de *commodities*, observa-se a ação de atores locais em busca de alternativas. Em estudos conduzidos com base no referencial da Cesta de Bens e Serviços Territoriais (CBST), destacam-se iniciativas de produtos diferenciados das agroindústrias familiares e a estruturação recente do setor de serviços turísticos (Tecchio *et al.*, 2021; Lauermann; Capelesso; Gazolla, 2022). Nessa região, Pereira e Zimmermann (2016) consideram a ativação de recursos naturais como a atividade mais promissora para alavancar o turismo regional. Contudo, como se busca demonstrar neste artigo, a fase atual tem a marca da diversidade, com destaque para a agregação da história e da cultura. Apesar da expansão recente no setor de serviços, ao agregar dados dos dezoito municípios, o índice de desenvolvimento regional de turismo, em 2019, era de 2,72, enquanto a média catarinense era de 8,42, o que a leva a ser considerada não consolidada (Anjos; Andrade, 2021). Nessa construção, o presente trabalho objetiva resgatar as transformações na dinâmica da vida social rural e estabelecer a interface com a ativação de serviços em empreendimentos turísticos na região Caminhos da Fronteira.

Para organizar e compreender essa dinâmica, na sequência desta introdução, apresenta-se o referencial do turismo em ambiente rural. Após a metodologia, a análise de dados é subdividida com vistas a apresentar um inventário dos tipos de oferta e suas características, procurando compreender sua trajetória de desenvolvimento. Na primeira fase, a oferta era pontual e mais ligada a ativação de belezas naturais, como os rios, represas, cachoeiras, cânions, lagoas, matas, vales e demais paisagens. Apesar de iniciativas antigas de organização de museus e grupos étnicos de dança, demonstra-se que as características históricas e culturais rurais são ativados como parte dos serviços turísticos só mais recentemente, na direção de enriquecer a oferta para contemplar demandas de uma sociedade em constante transformação. Por fim, são apresentadas algumas considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

O turismo é um fenômeno complexo, historicamente e geograficamente diferenciado, uma vez que as dinâmicas de deslocamento humano passaram por muitas transformações. O que hoje entendemos por serviço turístico já foi realizado sem essa percepção. Num primeiro momento, o deslocamento humano estava mais associado ao atendimento de necessidades básicas de sobrevivência. Com o desenvolvimento tecnológico, ampliou-se a produtividade do trabalho, o que permitiu às sociedades redirecionar parte do tempo de um contingente maior de pessoas para práticas de lazer. Na primeira metade do Século XX, diversos países adotaram leis trabalhistas que garantem direitos aos trabalhadores, expressos em elementos como a redução das jornadas de trabalho, descanso semanal e férias remuneradas. O aproveitamento desse tempo livre vem associado às mudanças no setor de transporte de pessoas e mercadorias. A maior facilidade de circular teve impactos diretos sobre a forma que os seres humanos concebem sua relação com o tempo e o espaço (Assunção, 2011).

As transformações socioculturais e institucionais ocorrem no contexto da globalização, o que transformou profundamente a forma como essas se inserem na economia global. Apesar da inserção desigual entre regiões e pessoas, locais caracterizados por recursos naturais incompatíveis com a produção intensiva (ex. regiões litorâneas, montanhas etc.) passam a ser procuradas por pessoas de diferentes locais, criando e expandindo o turismo na segunda metade do Século XX. As mudanças registradas no período foram de extrema importância para que o

turismo tomasse grandes proporções no Brasil, revalorizando ambientes diversos e dando maior destaque econômico. Os fatores que sustentaram a expansão do turismo foram: a recreação e o lazer, descanso, busca por prazer e sair da rotina; a cultura e formação educativa, despertando a curiosidade por conhecer outras normas e tradições; e aspectos étnicos e resgate da história individual, como a visita à cidade natal ou local em que seus familiares habitavam (Assunção, 2011; Martignoni; Corona, 2013).

Dada a diversificação dos modos de vida e funções que caracterizam a sociedade moderna, o turismo assume uma complexidade de significados, com o elemento comum de sair do cotidiano através do deslocamento e estadia temporária em outros locais (Panosso Netto, 2010). O turista usa esses momentos para buscar sentidos para sua vida, seja via saberes/experiências/sensações que lhe dão novos significados ou que remetem a uma trajetória que lhe valeu a pena – sentimentos e memórias de sua ontologia. A compreensão e visibilidade é ampliada com a inclusão no setor dos deslocamentos comerciais e para fins de estudos. Nessa diversidade, a *UN Turism* (antiga Organização Mundial do Turismo, OMT) aponta a dificuldade de criar um conceito que dê conta de situações e elementos ligados ao tema: “O turismo comprehende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras” (Organização Mundial de Turismo, 2001, p. 38).

O caráter genérico desse conceito exige mobilizar formulações complementares e mais específicas, aplicadas para ampliar o entendimento de casos com caráter mais particular. Em uma tentativa de melhor expressar essa diversidade, os deslocamentos devem ser voluntários e temporários, representando um fenômeno social praticado de forma individual ou por grupos de pessoas: “[...] fundamentalmente, por motivo de recreação, descanso, cultura ou saúde, [os turistas] saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa ou remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural” (Padilha, 1997, p. 16). Enquanto esse conceito restringe a possibilidade de remuneração de quem se desloca, o turismo se constitui em importante fonte de renda para segmentos expressivos da população mundial que fazem a oferta.

A criação de tipologias para separar os tipos de turismo permite identificar diferentes expressões desse fenômeno. No lado da demanda, o Ministério do Turismo (MTur) brasileiro diferencia os consumidores conforme características geográficas (do local de origem), demográficas e socioeconômicas (ex. sexo, gênero, estado civil, ocupação, educação, renda), uso que fazem dos atributos e psicografia (personalidade, preferências e estilo de vida), padrões de comportamento e de consumo (ex. ocasional, frequente). Já a partir da oferta, os tipos de turismo são diferenciados pelos aspectos e características comuns do local (geográficas, históricas, arquitetônicas, urbanística e sociais), atividades, práticas e tradições comuns (esportivas, agropecuárias, pesca, manifestações culturais e religiosas) e serviços e infraestrutura comuns (serviços públicos, meios de hospedagem e de lazer). Embora as categorias objetivem evidenciar elementos para contribuir com o entendimento e organização do setor, muitos empreendimentos e regiões não se encaixam em uma classificação apenas. Em complemento, a própria tipologia vai se alterando com as novas tecnologias e alterações na sociedade (Brasil. Ministério do Turismo, 2010).

Nessa direção, o Ministério do turismo (MTur) brasileiro segmenta a oferta do turismo segundo os temas e objetivos aos quais se relaciona: social, ecoturismo, cultural, estudos e intercâmbio, de esportes, de pesca, náutico, de aventura, de sol e praia, negócios e eventos, rural

e de saúde. Enquanto as tipologias definidas pelo MTur resultaram em muitas classificações, Oliveira (2014) procura as agregar em um quadro mais simplificado, o qual resulta em cinco funções: 1) urbana: esportes; estudos e intercâmbio; negócios e eventos; saúde; 2) natural/rural: aventura; ecoturismo; esportes; estância; náutico; pesca; rural/agroturismo; saúde; 3) litorânea: esportes; náutico; pesca; saúde; sol e praia; 4) cultural: cívico; étnico; gastronômico; místico e esotérico; religioso; e 5) apoio ao turismo. Como cada empreendimento conta com elementos que podem ser classificados em uma ou várias tipologias, essas devem ser mobilizadas para auxiliar a compreensão do setor, não sendo consideradas padrões rígidos.

Para além do olhar distintivo gerado pelas tipologias, a compreensão setorial exige considerar as transformações que afetam a relação entre oferta e demanda, como ficou evidente nos efeitos da pandemia do Covid-19 (Garbuio *et al.*, 2022). A imagem do turismo no mundo pré-pandemia era otimista, dada a boa lucratividade e contexto de expansão, geração de empregos, aumento do produto interno bruto (PIB) mundial e dos fluxos de pessoas. Nessa direção, o portal da *UN Tourism* registrava crescimento no turismo internacional entre 2010-2019, alcançando 1.462,27 milhões de deslocamentos de turistas em um único ano. Contudo, esse tipo de viagens reduziu-se em 72% em 2020, caindo para 406,56 milhões. A possibilidade de reduzir o isolamento social propiciado pela vacinação criou espaço para recuperação do setor. Sem alcançar os níveis pré-pandêmicos, em 2023, registrou-se 1.285,26 milhões de deslocamentos internacionais, momento em que o PIB direto do turismo voltou a representar cerca de 3% da economia mundial, similar a 2019.

Mais que uma oscilação simples, a experiência de distanciamento social vivida por toda a sociedade teve impactos sobre a forma das pessoas perceberem suas relações sociais e econômicas. As dificuldades de deslocamentos a longa distância evidenciaram ou reforçaram possibilidades locais antes pouco valorizadas, a qual tem potencial de transformar o olhar sobre os serviços. Essa reconfiguração tem se dado pelo crescimento de setores da população que passam a buscar destinos distintos do tipo sol e mar (areia, mar e sol), que se consolidou como importante destino na segunda metade do Século XX. As novas demandas criam um cenário de oportunidades para aqueles que querem inovar e criar empreendimentos em outros tipos de serviços, abrindo possibilidades de revitalização de certos aspectos da área rural (Novaes, 1994; Garbuio *et al.*, 2022). Esses podem ser aproveitados por investidores externos ou atores locais, a exemplo de agricultores que identificam potencial para redirecionar seus recursos para o turismo rural (Machado; Caume, 2008). Essa ideia vem sendo sustentada na Europa ocidental após II Guerra Mundial, continente em que o turismo rural se expandiu e se tornou uma atividade economicamente favorável e incentivada em países como a França, Espanha e Itália (Candiotto, 2010; Martignoni; Corona, 2013).

Apesar de um atraso de aproximadamente duas décadas em relação à Europa Ocidental, a modernização da agricultura brasileira estimulou a migração de contingente expressivo da população rural para morar e trabalhar no meio urbano. Para parte desses migrantes, a história de vida e manutenção de relações familiares com quem permaneceu no rural estimulou os fluxos de retorno ao campo para visitas, relembrar seu passado e busca de tranquilidade (Candiotto, 2010). No início, predominava o fluxo ao interior de pessoas que visitavam parentes que permaneceram no espaço rural, sendo que o contato com as paisagens e demais dimensões eram secundárias (Presvelou, 2000). Nesse cenário, há que considerar que as mudanças associadas à trajetória de modernização da agricultura ocorreram de forma distinta entre países e regiões (Clar; Ayuda, 2023), o que faz o turismo rural ganhar expressão econômica no Brasil a menos de duas décadas (Cipolat; Bidarte, 2022). Além da industrialização e urbanização mais tardia,

no caso brasileiro, a distribuição de terras em regiões de colonização mais antiga ocorreu de forma concentrada e privilegiando poucos senhores (Morais, 2021). Até meados do Século XX, grande contingente de pessoas residia na condição de morador em fazendas, uma forma de trabalho semifeudal, local de onde foram ‘forçados’ a migrar para as cidades quando da sua substituição por máquinas (Garcia Junor, 2003), podendo não haver razões ou condições financeiras para manter esse fluxo de retorno e visitação.

Se a diversidade de expressões torna difícil encontrar um conceito que dê conta do turismo em geral, algo similar ocorre com o turismo rural. Segundo as diretrizes para o turismo rural brasileiro, esse “é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometidas com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade” (Brasil, 2003, p. 11). A primeira parte enfatiza a ligação aos sistemas produtivos, mais próximo ao agroturismo. Já a parte final amplia o entendimento para a dimensão do espaço. Nessa perspectiva, é possível conceber a articulação de atores dos pequenos municípios (em termos populacionais) não restrito aos agricultores, inclusive da população das sedes urbanas⁶. Em síntese, o próprio turismo representa uma ruptura com a visão de rural restrita ao agrícola, na medida que muda o foco de produtos para serviços. Ao ampliar o conceito, é possível adotar o entendimento de turismo em ambiente rural, que inclui o turismo rural, ecoturismo, agroturismo e outras formas que ocorrem nesse espaço (Guzzatti, 2003).

Ao distanciar-se dos espaços artificiais das grandes cidades, a natureza é espaço propício para muitas formas de aventura e para o ecoturismo, os quais vem crescendo e se espalhando no mundo e no Brasil. Na aventura, a motivação dos turistas é por se envolverem em práticas que desencadeiam emoções intensas. Essa concepção se orienta pela tendência que o ser humano tem de procurar atender suas carências por estímulos que lhe sejam positivos (López-Richard; Chináglia, 2004). A satisfação está no desafiar limites, o que inclui os benefícios da atividade física. Ao oferecer diferentes graus de risco aos usuários, a segurança deve ser analisada para mitigar os eventos negativos. Geralmente são exigidos equipamentos específicos, podendo essa prática ser realizada de forma autônoma após capacitações, ou com suporte de profissional treinado, o que tende a encarecer a oferta e exigir um número maior de acessos para garantir sua viabilidade econômica. Contudo, quando desenvolvidas com intuito de caráter recreativo e não competitivo, reduz-se um pouco a demanda por investimentos. Na busca por baixar o custo da oferta, o serviço ligado à aventura tende a ocupar só parte do tempo, sendo o restante destinado a outras modalidades de serviços que compõe o pacote.

Apesar de algumas aproximações, o turismo de aventura e o ecoturismo possuem abrangências diferentes. O ecoturismo foca mais na parte ambiental, tanto dos turistas quanto dos profissionais. As modalidades que estimulam a adrenalina, mesmo que seguindo o tripé terra, água e ar, correspondem ao turismo de aventura, pois o ambiente assume papel secundário. As atividades complementares ao turismo de aventura vão além do ecoturismo, representando um processo cílico que exige outras estruturas de oferta para contemplar os aspectos social, ambiental e econômico. Ao contemplar o turismo de aventura e o ecoturismo, o conceito de turismo de natureza pode ser entendido como “um sinônimo de programas de turismo alternativo, ecoturismo, turismo verde, turismo responsável, soft-turismo, turismo

⁶A distinção entre rural e urbano no Brasil difere da adotada em países da Europa Ocidental. Segundo critérios oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), é urbano qualquer agrupamento populacional, inclusive em vilas interioranas. Ao separar o município em área urbana (sede municipal e algumas vilas) e área rural, esses dados superestimam a área urbana (Veiga, 2002).

cultural e de aventura” (Vasconcelos; Silva; Costa, 2012, p. 216). Essa aproximação abre possibilidade de promover subsídios advindos da conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável tanto do meio ambiente quanto das comunidades envolvidas, o que pode ser considerado outro ponto comum aos dois segmentos (Lee, 2009).

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa procura analisar o papel do setor de serviços para o desenvolvimento rural. Para tal, foi realizado um estudo de caso, com recorte geográfico da Região Caminhos da Fronteira. Em termos temporais, para explicar os fenômenos presentes, são resgatados elementos histórico explicativos da colonização da região. Nesse estudo foram adotados diferentes instrumentos de coleta de dados. Entre esses, destaca-se as entrevistas semiestruturadas com responsáveis por 28 empreendimentos turísticos (ET), realizadas entre setembro de 2022 e agosto de 2023. A amostragem se deu de forma não probabilística intencional, de caráter qualitativa (Marconi; Lakatos, 2017), buscando contemplar a diversidade de tipos de serviços ofertados pelos ET nos distintos municípios. A isso se somou uma entrevista aberta com ator chave do setor, a coleta de dados via participação em eventos (ex. II e III Seminário regional de turismo), a coleta de informações diretas na condição de usuário dos serviços e o diálogo informal e em reuniões com atores do território, especialmente, os secretários municipais de turismo que atuam no Colegiado de Cultura e Turismo da Associação dos Municípios do Extremo Oeste Catarinense – Ameosc.

A participação nos eventos e reuniões destinou-se a estabelecer contatos e captar as percepções, trajetória e ações de suporte conduzidas por diferentes atores. Em síntese, procurou-se captar as ideias e interesses expressas que orientam suas decisões. Na entrevista aberta, o foco era caracterizar o papel desempenhado no turismo pela organização que o entrevistado atua, bem como seus olhares para caracterizar a oferta e funcionamento do setor na região. Já o instrumento semiestruturado com os gestores foi adaptado a partir de uma pesquisa conduzida com agroindústrias familiares (Lauermann, 2023), o qual caracterizava o perfil do empreendimento, sua história e dinâmica de funcionamento interna, os principais recursos ativados como serviços, a forma de construção desse mercado, os tipos de atores e o papel desempenhado, bem como a visão geral sobre o setor turístico regional.

Além da gravação das entrevistas, para auxiliar a sistematização e análise, os dados foram coletados por meio de questionário do ‘google forms’ e de uma tabela impressa, depois sistematizada em planilha eletrônica. As análises dos dados quantitativos e qualitativos foram feitas por meio de tabelas e gráficos, bem como pela análise do discurso (Fávero, 2017). Uma vez sistematizadas as informações, os dados foram triangulados entre questões de um mesmo ator, com os demais entrevistados e com fontes de dados secundários. Em síntese, a confrontação dos dados permite avaliar se são sólidos ou necessitam ser relativizados. Dessa forma, foi possível compreender, interpretar e comparar os significados, os sentidos e as aplicações das informações coletadas. A partir das respostas e diferentes fontes de dados, elaborou-se um panorama da formação, estruturação e oferta do turismo na região, caracterizando os principais tipos de serviço ofertados.

Para garantir o cumprimento dos preceitos éticos de pesquisa e sua legalidade, o projeto e os instrumentos de coleta de dados foram submetidos e aprovados pelo comitê de ética para

pesquisa com seres humanos (CAAE 61759422.5.0000.0185 – Projeto “A associação de atores e a ativação de recursos pelos empreendimentos de turismo: desafios e possibilidades para a criação do efeito cesta no Extremo Oeste Catarinense”). Antes da realização das entrevistas, os objetivos do projeto e as condições de participação eram apresentados aos entrevistados. A coleta de dados iniciava após ser firmado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 AS RELAÇÕES SOCIOCULTURAIS E ORIGENS DO TURISMO NOS CAMINHOS DA FRONTEIRA

A constituição do turismo em territórios rurais implica analisar as transformações socioculturais e históricas. Na região de estudo, durante a colonização oficial ocorreu a venda de lotes de terra conhecidos localmente como ‘colônia’, geralmente com área de 245.000 m², o que resultou em uma estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades. Nos projetos das colonizadoras ocorreram acessos distintos e concentrados de descendentes de imigrantes alemães, italianos, poloneses, romenos etc., com maior interação cultural nas regiões de transição. Até os anos 1960, o baixo desenvolvimento dos meios de comunicação e as limitações de transporte contribuíram para o elevado grau de isolamento, expresso por comunidades com baixa expressão de trocas econômicas e relações sociais fortes baseadas no interconhecimento, típicos do campesinato. A vida social desses ‘camponeses’ se estruturava, sobretudo, nas organizações esportivas e religiosas (cerimônias/festas). A participação e contribuição à organização comunitária representava um *status* social almejado pelas famílias. Assim, além do trabalho voluntário, boa parte dos alimentos utilizados nas festas provinham de doações, o que resultava na forte conexão com os produtos típicos marcados pela cultura tradicional (Wanderlei, 1999; Tecchio *et al.*, 2021).

Para além de um encantamento e nostalgia, há que se considerar que nem todos tinham condições de contribuir e acessar esses espaços, ao que somavam as diferenças de gênero. Apesar de contar com doações dos associados, a manutenção da comunidade se dava com base na venda de tais produtos nos eventos (festas). Essa é inclusive uma das diferenças dos ‘colonos’ em relação aos povos ‘caboclos’ que previamente habitavam a região. Embora os caboclos também organizassem festas com base em doações, o consumo no evento era livre (sem custos). Dadas as diferenças socioeconômicas entre os colonos, parte da população ficava a margem do acesso a essa vida social ou a desfrutava de forma parcial. Em paralelo, era comum procurar espaços de cultura e lazer em outras dimensões da vida social, como nos círculos de amizade e familiares (visitas, matinês nas casas, cerimônias de casamentos, festas comemorativas etc.). A existência de empreendimentos privados para comercializar serviços era mais restrita às sedes municipais. Nas vilas interioranas, quando presentes, geralmente eram restritos a uma pousada ou bar com algum espaço para jogos, ao qual podia se agregar a função de comerciante local. Essas sociedades locais funcionavam com distintos graus de isolamento, segundo o contexto de cada comunidade, com um forte recorte de gênero, no qual a participação restringia-se aos homens (Tecchio *et al.*, 2021; Lauermann; Capelesso; Gazolla, 2022).

Na segunda metade do Século XX, com diferenças inter e intrarregionais, os municípios tipicamente rurais do Sul do país ampliaram o acesso aos meios de comunicação e passaram

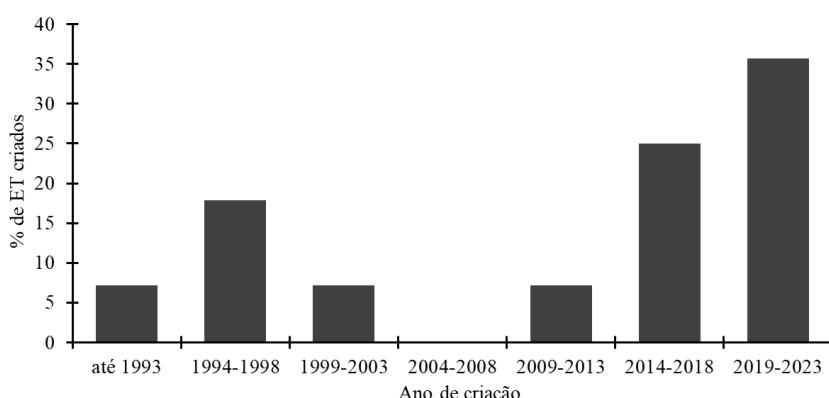
por mudanças produtivas associadas à modernização da agricultura. Esse fenômeno alterou a dinâmica sociocultural e econômica, com crescimento de atividades agropecuárias destinadas à comercialização, a qual exigia especialização e ampliação da escala produtiva (Abramovay, 2007). Parte das famílias se capitalizam, o que lhes permite ampliar a participação nos espaços comunitários e a posse de terras e animais, além de incorporar tecnologias modernizantes. Contudo, famílias que tinham poucas terras para dividir entre os filhos e/ou quando essas eram incompatíveis com a mecanização, enfrentam queda na rentabilidade. Em busca de alternativas, alguns encontraram caminhos via organizações sociais de luta pela terra, enquanto outras foram atraídas para uma nova vida nas cidades ou migraram para regiões de fronteira agrícola. A popularização dos meios de comunicação (rádio, TV) desempenham papel expressivo nessa transformação gnosiológica e ontológica, especialmente, ao reduzir o grau de isolamento e superestimar as expectativas de vida nas cidades. Em que pese as diferentes dinâmicas regionais, as décadas de 1980 e 1990 podem ser consideradas as mais desafiadoras para as famílias descapitalizadas. As migrações e o forte êxodo rural acabam por enfraquecer muitas comunidades e demais espaços sociais baseados na solidariedade.

Embora essa evasão tenha reduzido o dinamismo de muitas comunidades, essas continuaram a ser referência de cultura e lazer para quem permaneceu no espaço rural. A menor disponibilidade de pessoas resulta no fechamento gradativo de algumas associações esportivas e comunidades religiosas, sendo que os moradores remanescentes se transferem para outras organizações mais estruturadas. Nessa nova dinâmica, ganha importância a maior mobilidade propiciada pelo acesso aos automóveis e a melhor condição econômica das famílias remanescentes. Essa transformação vem associada à entrada das novas religiões de cunho evangélico, que passam a representar espaço de vida social mais receptivo para parcela da população se inserir socialmente. Embora não tenham se restringido a atuar junto aos menos capitalizados, esse recorte social estava presente e o predomínio de tal público gerava um sentimento de pertencimento aos seus iguais. O tamanho reduzido desses grupos religiosos na fase inicial contribuía para a agregação social, enquanto ocorria certo afastamento entre famílias que participavam em espaços religiosos distintos.

Para além das transformações produtivas, redução do isolamento e novas religiões, o início do Século XXI é marcado por mudanças nas dinâmicas internas dos territórios rurais, com destaque para os fluxos de visitação das populações que migraram. Ao terem compartilhado parte de suas histórias de vida pregressa, muitos migrantes passam a mobilizar suas amizades e laços familiares para acessar ao espaço rural. Esse retorno ao local de antes, embora transformado, inicia-se mobilizando espaços tradicionais de relações sociais, como o ambiente das comunidades (festas, eventos) e as casas de famílias e amigos/conhecidos (visitas etc.), ativando e sustentando-se em memórias e sentimentos. A frequência desses retornos sofre efeito da distância, condições econômicas, redução da força das relações pelo efeito do tempo e das gerações (Candiotto, 2010). Em outros termos, há o compartilhamento de uma identidade imaterial que permeia a vida, a qual é composta por crenças, valores, mitos e experiências passadas, conscientes ou não, bem como por conhecimentos teóricos e empíricos de uma trajetória comum. Esse sítio simbólico de pertencimento permite aos atores se compreenderem e operarem com seu saber-fazer, modelos e técnicas próprias ao contexto (Zaoual, 2006). Como destaca Dorigon (2022), esses sítios podem ser mobilizados nas dinâmicas territoriais para identificação e ativação de recursos, na medida que favorecem o reconhecimento pelos consumidores e favorecem a coordenação entre diferentes atores (governança).

A constituição de empreendimentos com a finalidade turística vai se basear nessas relações sociais compartilhadas, iniciando-se nos anos 1990. Observa-se número reduzido de ofertantes mais antigos na região, com somente dois casos (7,1%) anteriores a 1993 (Figura 2). Criados a mais de três décadas, esses locais não tinham a finalidade turística, sendo recentemente vinculados à oferta via roteiros. Entre 1993 e 2012, surgiram ofertantes na modalidade de *campings* e um caso pontual de esporte de aventura na natureza. A estes se soma um ET com oferta de alimentação embasado em uma cultura étnica, situado na sede de um pequeno município. Há que considerar que este estudo não contempla empreendimentos que encerraram as atividades, que poderia indicar um maior número no passado. Após essa ponderação, os dados mostram uma concentração de iniciativas criadas na última década, indicando uma expansão recente do setor. Como se verá no próximo tópico, as novas iniciativas vêm diversificando a oferta, ampliando o escopo de ação, com maior organização dos atores via associações e roteiros.

Figura 2 – Distribuição de frequência temporal do ano de criação dos 28 empreendimentos turísticos em espaço rural entrevistados nos Caminhos da Fronteira.



Fonte: Pesquisa de campo realizada entre 09/2022 e 08/2023.

Ao sistematizar cronologicamente a constituição dos empreendimentos junto aos entrevistados, o ET mais antigo tem origem na organização de uma comunidade religiosa que organizou uma romaria há mais de meio século (1967). Esse ator associativo é uma comunidade, mantida por trabalho voluntário e funciona com a renda da venda de lembranças religiosas, de festas e da romaria. Já o ET02 é considerado o maior museu rural da América Latina. Esse começou pelo entusiasmo de um professor, que agrupou objetos em uma escola desde 1967, os transferindo para uma sala específica a partir de 1981. Apesar da ação individual, o aspecto comunitário aparece na montagem de acervo, que contou com doações da sociedade. Em 2001, o museu foi doado para a prefeitura municipal com a condição de permanecer situado no seu local de origem, passando a ampliar o acervo. Ao ser assumido e mantido pelo poder público, o atendimento é realizado por um servidor público, sem custo de acesso aos visitantes. Embora a atuação desses empreendimentos seja antiga, ambos passaram a compor roteiros turísticos só em 2018, quando os demais ET se organizaram com a finalidade de ampliar os serviços ofertados. Seguindo o referencial da cesta de bens e serviços territoriais, podem ser considerados partes de um cenário de bens públicos criados pelos atores públicos e associativos que enriquece a oferta (Cazella *et al.*, 2020).

Segundo o Relatório do cadastro catarinense de museus, a região possui sete unidades mantidas pelo poder público que contam a história dos municípios (Quadro 1). Além desses, os dados coletados em eventos e demais fontes secundárias registram um museu privado criado

recentemente, o qual procurou preservar a arquitetura e história da ocupação da etnia alemã na parte Sul da região, enquanto outro privado se dedica à exposição de carros antigos. Observa-se assim que a preservação da arquitetura tem se dado mais por ação individual, do que por processos de tombamento por órgão oficial, como ocorre em outras cidades turísticas (Silva, 2016). Aos museus se somam recursos públicos com diferentes graus de ativação: dois marcos de divisa com a Argentina, junto aos dois estados vizinhos (tri fronteira), em Dionísio Cerqueira e Itapiranga; o Cemitério da Separação, em Dionísio Cerqueira, ligado à passagem da Coluna Prestes na região; e a estátua do Cristo, em Descanso (Tecchio *et al.*, 2021).

Embora a história não constitua foco central da reputação turística regional, em 26 ET entrevistados (92,9%) observou-se a presença de elementos ligados à colonização regional, a exemplo das construções antigas (ex. casas, moinhos, usina hidrelétrica), utensílios e ferramentas tradicionais, alimentos típicos e crioulos etc.. Como destaca Ribeiro (2002), elementos vistos pelos atores locais como expressão do ‘passado’ e ‘atraso’ podem ser mobilizadas como potencialidades turísticas. Nessa direção, o atraso da modernização da agricultura pode se expressar na continuidade de elementos que podem ser valorizados culturalmente. A conservação dos elementos ‘poupados’ diante do processo de desenvolvimento torna sua presença cotidiana, o que permite ir além de contar a história, a convertendo em uma experiência vivenciada pelos turistas. Apesar da existência de alguns objetos mais antigos, mesmo nos museus, observa-se baixa presença de elementos da cultura indígena e cabocla. Em síntese, a história contada se concentra no tempo da colonização oficial promovida pelo Estado por meio das colonizadoras.

Quadro 1 – Museus mantidos pelo poder público na região Caminhos da Fronteira, em 2021.

Nome do museu	Fundação	Município e configuração
Museu Histórico Professor Edvino Carlos Hölscher	1967/81	Guaraciaba (municipal desde 2001)
Museu Comunitário Almiro Theobaldo Müller	1979	Itapiranga (municipal)
Museu Histórico Municipal Ruy Arcádio Luchesi	1988	São Miguel do Oeste (municipal)
Museu Municipal Ida Schneider	1992	Tunápolis (municipal)
Museu da Colonização José Felício Jung	2005	Palma Sola (municipal)
Museu Pe. Guido Roque Lawisch	2007	São João do Oeste (municipal)
Museu Escolar EEB São Lourenço	2014/5	Iporã do Oeste (escola)

Fonte: Santa Catarina, Relatório do cadastro catarinense de museus (2021).

Uma forma de expressão da cultura local se evidencia em grupos de dança, com alguns atores organizados de forma voluntária, sendo auxiliados pelo poder público com apoio para professores, deslocamentos, local de ensaio e vestimentas. Esses elementos etnoculturais da população local são mobilizados em apresentações em diversos eventos dos municípios, sendo recentemente incorporado a alguns roteiros turísticos. Outro destaque especial é atribuído a *Oktoberfest*⁷, festa organizada anualmente por uma comunidade rural de Itapiranga. Esse evento ganhou expressão municipal e é apoiado pelo poder público, o que contribui para sustentar a

⁷A *Oktoberfest* é uma festa alemã destinada a comemorar a chegada do outono e a época das colheitas. Devido aos movimentos de retorno ao país de origem de parte dos migrantes, esses reproduziram o primeiro evento desta em Itapiranga, município situado no Sul da Região Caminhos da Fronteira (Dorigon *et al.*, 2015).

oferta de produtos e serviços em torno da cultura dos imigrantes alemães. Recentemente a comunidade montou um memorial para contar a história da *Oktoberfest* mais antiga fora da Alemanha. Uma festa similar ocorre em uma comunidade do município de São José do Cedro, também ligada à cultura alemã. De forma não menos importante, pode-se apontar a Festa das Sementes Crioulas de Anchieta, que contribuiu para o reconhecimento nacional do município, criando uma imagem associada à biodiversidade que favorece a valorização de outros recursos pelo turismo. O sucesso dessas experiências tem contribuído para outras comunidades e municípios valorizarem o patrimônio cultural imaterial como elemento distintivo dos atores para afirmar identidades, especialmente, para o consumo dos habitantes locais, nem sempre se convertendo em um ativo econômico (Dorigon *et al.*, 2015; Tecchio *et al.*, 2021; Hickenbick *et al.*, 2021; Capelesso *et al.*, 2022).

Outra dimensão da vida social, que remete ao lazer e as formas tradicionais de obtenção de alimentos, são as pescarias e as caçadas (no passado permitidas e frequentes). Essas expressam momentos de caminhada na mata e lavouras, às quais se somam os banhos de rios e cachoeiras, dinâmica que fazia parte da vida no ambiente rural antes da migração ao urbano. A possibilidade de recriar esses momentos representa uma forma de resgatar tais vínculos, o que desencadeou a procura por matas e sombras à beira de cursos d'água, que passam a se estruturar com uma churrasqueira, água e um mínimo de suporte para pernoite (local para acampar etc.). O acesso a essas estruturas começa com base na solidariedade, ao atender ou permitir acesso às propriedades para familiares e conhecidos, sem custo ou com retribuições baseadas em relação não mercantil de presentes etc. (Presvelou, 2000). O aumento dessa procura cria uma possibilidade de converter algumas iniciativas em empreendimentos de turismo, com os primeiros *campings* e pesque-pague sendo criados no final da década de 1990. Em paralelo aos que passam prestar serviços comercialmente, outras iniciativas continuam a atender pessoas com base em relações sociais de reciprocidade (amigos, familiares etc.). A isso se somam espaços de lazer via compra de pequenas áreas privadas (chácaras), quando o acesso fica restrito aos proprietários (Capelesso *et al.*, 2023).

Entre os atores que assumiram o desafio de organizar empreendimentos para comercializar serviços, os *campings* se estruturaram a partir do acesso a recursos hídricos naturais (rios/córregos, cachoeiras) ou construídos (ex. tanques de pesque-pague). A relação com a água, a paisagem e as trilhas na mata já eram apontadas como recursos potenciais para favorecer o ecoturismo regional, valorizando as belezas naturais (Pereira; Zimmermann, 2016)⁸. A ativação de recursos naturais ocorre em um contexto de crise na agricultura, nos anos 1990. Descapitalizados, os investimentos vão sendo realizados a partir das rendas geradas nos acessos, o que torna o processo mais lento. A oferta iniciada com estruturas e serviços pontuais vai se ampliando com a inclusão de espaços para práticas de esportes, jogos de mesa, brinquedos infantis, gramados com sombra e estruturas para as pessoas prepararem seus alimentos (churrasqueiras, quiosques etc.). Para atenderem às novas demandas, diversos ET abriram trilhas na mata, passaram a realizar eventos com oferta de alimentos típicos (ex. churrasco, costelão, risoto no taxo etc.) para festas e confraternizações familiares e de empresas (Capelesso *et al.*, 2023). Como destacam Werka *et al.* (2024), a oferta de produtos caseiros pode ser mobilizada como forma de enriquecimento da oferta.

⁸ Um ET criado no final dos anos 1990 oferecia esportes de aventura. Com origem urbana, o ator acessava recursos naturais públicos para prestar os serviços. Por questões pessoais, esse ET mudou o foco para capacitações.

A aplicação mais rigorosa da legislação ambiental passou a restringir o acesso às águas de rios e córregos naturais, recurso que foi mobilizado na origem de vários ET. Para manter a relação com a água, nos últimos anos, vários ET construíram piscina. Dada a distância do litoral, dificuldades de acesso e poluição de alguns rios, esse novo serviço cresce e, geralmente, passa a ser atrativo central, reduzindo ou desaparecendo o banho de rio. Nesses ET, as receitas podem vir de uma taxa de entrada, pesque-pague, ingressos para banho de piscina, do aluguel de estruturas para as pessoas prepararem seus alimentos (churrasqueiras, quiosques), da comercialização de bebidas, outros alimentos e fichas para jogos de mesa.

Em paralelo às comunidades, museus e *campings*, no período pós-2015 começam a surgir uma diversidade de empreendimentos, com diferentes tipos de serviços ligados ao rural, especialmente, para o público das pequenas cidades. Com a redução do vínculo social às comunidades e/ou ausência de familiares que residem em propriedades rurais, muitos usuários procuram outros caminhos para desfrutar dessas experiências. O acesso de agricultores aos serviços turísticos é mais pontual, pois esses dispõem de outras formas de lazer em suas propriedades, de familiares/amigos e nas comunidades. Além de atender o público que reside nas sedes municipais, os serviços turísticos começam a atrair público externo à região. Esses ‘externos’ são predominantemente migrantes que acessam os empreendimentos durante visitas aos familiares remanescentes na região. Em paralelo, vem crescendo o número de pessoas sem vínculo histórico com o local. Nesse último caso, destaca-se a criação de produtos e roteiros de empreendimentos que atraem excursões e/ou turistas individuais para acessar ao balonismo, passeio de kombi, visitas a cachoeiras, cursos, eventos, cabanas em um local de sossego e lindas paisagens naturais (Capelesso *et al.*, 2022). A seguir procura-se caracterizar essa diversidade.

4.2 A DEMANDA ENQUANTO ESTÍMULO À DIVERSIFICAÇÃO DA OFERTA

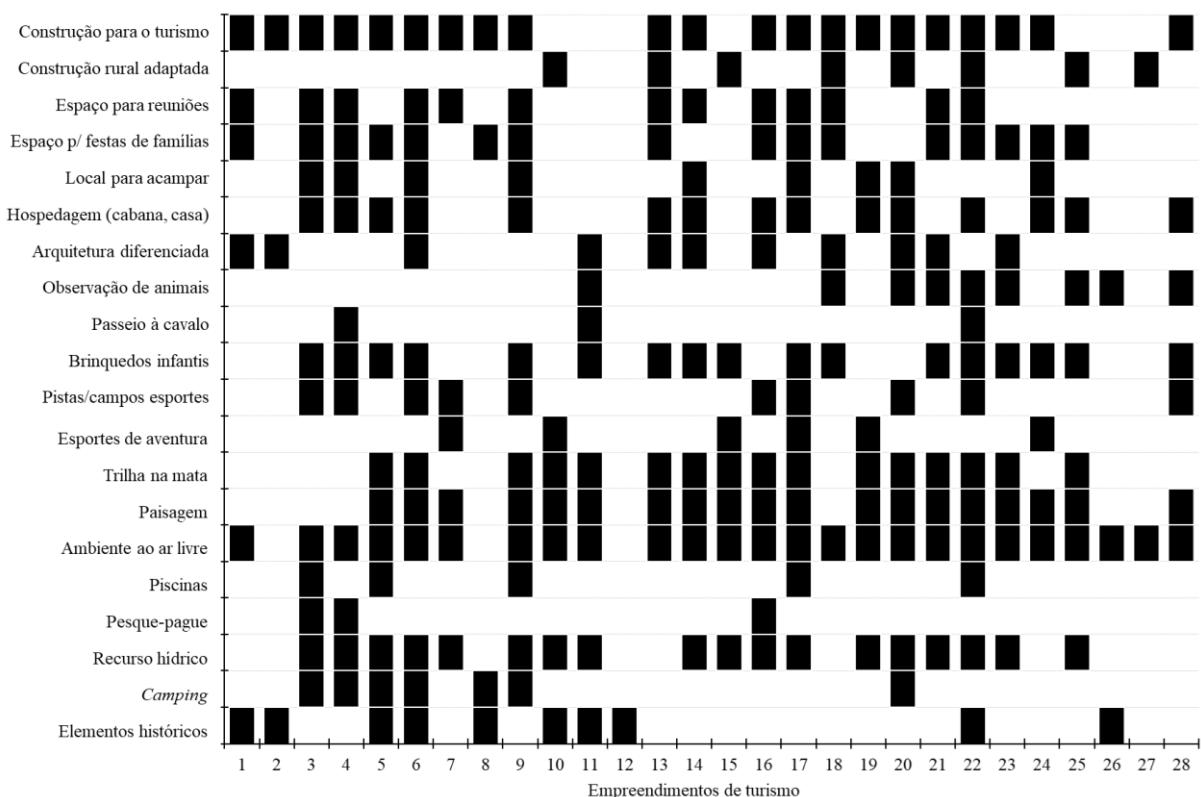
A criação de novos empreendimentos está intimamente associada com a demanda, na medida que essa precisa reconhecer e valorizar a oferta, criando-se uma relação entre quem visita e quem recebe (Rossini *et al.*, 2022). Nessa direção, vários entrevistados relatam que o espaço de lazer e de vida não foi criado com a finalidade de prestar serviço ao público externo, mas para atender familiares e amigos. Ao se tornar conhecido, outras pessoas passam demandar acesso, o que leva seus proprietários avaliarem se mantém o caráter particular ou estruturam um empreendimento para atender ao público. À medida que passam a fazer as primeiras ofertas, essas vão sendo gradativamente enriquecidas por meio de diferentes fontes de ideias (usuários, organizações, consultorias etc.), sendo que o ofertante avalia a viabilidade das sugestões recebidas. Quando a oferta passa a ser estruturada por famílias de agricultores, esses relatam que a escassez de mão de obra exige escolher entre a mecanização das áreas agrícolas ou reduzir as atividades não mecanizáveis. A redução da importância da agropecuária também foi observada entre as famílias da Acolhida na Colônia na Serra Catarinense, elemento negativo para o caso do agroturismo, que se assenta na relação com a produção (Guzzatti, 2010).

Em paralelo, são recorrentes os relatos de agricultores que optam por não atuar como ofertante de serviços, seja pela falta de mão de obra, não gostar de atender ao público e/ou ao fato dessa nova atividade exigir conhecimentos e investimentos. Nessa direção, existem recursos naturais regionais com potencial de ‘exploração’ turística que não foram ativados (ex. cachoeiras, represas, rios, cânions, paisagens, vales etc.), constituindo uma oportunidade para a organização de novas ofertas econômicas. Na última década, esses recursos passaram a ser

espaço explorado por alguns filhos de agricultores que tinham migrado ou de atores que residem nas pequenas cidades da região. Esses firmam parceria com os agricultores, repassando parte do valor cobrado ao proprietário para garantir o acesso ao local, sendo o serviço estruturado pelos atores externos (pois a oferta envolve tempo, conhecimento e algum investimento). Esse sistema pode ser considerado um turismo ecológico, viabilizado por um sistema de parceria, em que o agricultor não é o ofertante direto, mas recebe parte do valor do serviço por disponibilizar o acesso ao local.

A análise dos atributos da oferta evidencia a centralidade que continua a assumir a ativação dos recursos naturais ligados ao ambiente ao ar livre (Figura 3). A observação da paisagem inclui tanto a natureza conservada (floresta) como o mosaico de sistemas de produção agropecuária, sendo mais expressiva quando a orografia de vales e rios permite observar grandes distâncias e inclui quedas d'água.

Figura 3: Atributos* constituintes da oferta de serviços pelos 28 empreendimentos turísticos em ambiente rural entrevistados nos Caminhos da Fronteira.



Fonte: Pesquisa de campo realizada entre 09/2022 e 08/2023.

Nota: Os 28 ET estão em ordem cronológica de criação. * Outros atributos aparecem na Figura 4.

Na última década, as paisagens, o contato com a natureza e/ou o isolamento de barulho e agitação são atributos mobilizados para converter a hospedagem de um serviço a uma experiência. Nesse tipo de ativação, geralmente, se soma a construção de cabanas com arquitetura diferenciada por aspectos históricos (ex. casas antigas) e ao estilo rústico (artesanal, bioconstrução). Ao oferecer um espaço compatível com o distanciamento social, a procura por esse tipo de serviço cresceu durante a pandemia da Covid-19. A hospedagem pode estar junto a outros serviços (ex. camping, agroturismo etc.) ou ser exclusivo na oferta do ET individual. Alguns ET dispõem de casas ou quartos, os quais visam atender alguns viajantes ou pessoas que querem desfrutar do ambiente de festas em finais de semana e férias. Nesse caso, trata-se

da criação de uma infraestrutura básica para sustentar a oferta com acessibilidade (Werka *et al.*, 2024). Em outros, aparecem as possibilidades de acampar, onde encontram-se algumas estruturas de suporte para facilitar a permanência.

Na relação com os usuários, é recorrente o relato da orientação de sua oferta ao atendimento de famílias, pois entendem que esse público torna as relações mais organizadas. Essa seleção da demanda ocorre inclusive em ET mais antigos, pois entende que esse público reduz os possíveis incômodos durante a oferta (ex. som alto, alcoolismo etc.). Para contemplar diferentes perfis dos integrantes de grupos familiares há presença recorrente de atrativos infantis, espaços para esporte e passeios a cavalo. Nessa direção, destaca-se a criação de ET com foco na observação de animais, sejam eles de produção, exóticos e/ou nativos⁹. Já as trilhas na mata geralmente são planejadas para ter baixo grau de dificuldade, ou há presença de opções para cada público. Aos interessados por esportes de aventura destacam-se o rapel, canionismo, tirolesas e canoagem, aos quais se soma um empreendimento que foca no voo livre. Contudo, dada a necessidade de cuidados diante dos riscos, muitos desses serviços não são para atender famílias ou sua oferta ocorre em situações mais pontuais, geralmente, ocupando somente parte do dia de lazer.

Entre os usuários que acessam aos serviços com maior frequência são relatados os grupos de estudantes e de idosos, os quais ampliam o público atendido. A conexão com a natureza é mobilizada como elemento de educação ambiental, o que resulta em muitos atendimentos de grupos organizados pelas escolas. No final do ano escolar são comuns as excursões para diferentes opções de lazer, especialmente, para os ET com piscinas. Buscando resgatar memórias, ou conhecer a história, alguns ET ofertam visitação aos locais de produção, degustação de alimentos e refeições diferenciadas etc. No caso dos grupos de idosos, é comum que seus representantes contatem as associações de turismo e escolham um roteiro com os empreendimentos que oferecem diferentes serviços que desejam incluir no dia de atividades. Essa diversificação de serviços via inclusão de novos ET busca abranger públicos mais diversos nos quesitos de idade e preferências. Para tal, evidenciou-se a importância do poder público e das organizações associativas, estimulando atores que dispõe de novos recursos para enriquecer a oferta. Ao articular diferentes atores e dimensões, essas organizações podem cumprir o papel de planejamento estratégico das rotas turísticas (Ferreira; Bernardy, 2018).

Na estruturação da oferta, 53,6 % dos ET contam com áreas de festas e 42,9 % para reuniões, geralmente acessados por reserva. Enquanto alguns ET dispõem de várias estruturas, com capacidades de atender diferentes tamanhos de público concomitantes, outros têm número menor de espaços. Somente três es não contam com nenhum espaço construído. O ET12 oferta alimentos em um espaço comunitário ou outro local indicado pelo roteiro ou comprador, enquanto os ET11 e ET25 fazem a oferta dos serviços exclusivamente nas sombras/matas e na visita ao local de produção agropecuária. Nos demais, alguns adaptaram estruturas antes utilizadas para a produção agrícola, a qual pode ser exclusiva ou complementar a outras construções feitas especificamente para o turismo. Como destacado acima, muitos espaços foram construídos com o objetivo inicial de atender as demandas de festas/encontros da própria família, sendo depois demandados e redirecionados para a oferta do turismo. À medida que a demanda cresce, esses tendem a ampliar as construções disponíveis, com novas estruturas direcionadas a sustentar a oferta. Essa ampliação geralmente se dá alocando recursos gerados

⁹ Em somente um ET havia criação de animais nativos em gaiolas, pois as exigências dos órgãos ambientais brasileiros dificultam sua viabilidade. Contudo, a observação na natureza foi relatada em muitos ET.

pela própria oferta ou redirecionando de outras fontes, com raros casos de financiamentos. Entre as razões para não contrair dívidas, os gestores apontam a insegurança de obter as receitas em serviços ao ar livre e natureza, pois os acessos oscilam segundo variáveis que fogem ao seu controle (ex. precipitações, temperatura).

Apesar do baixo acesso ao crédito, o relato sobre a necessidade de inovar é frequente, especialmente, orientado a estimular o retorno dos usuários. Enquanto seguem no desafio de (re)criar atrativos, outros serviços vêm perdendo expressão. Como exemplo, há dificuldades para manter o pesque-pague, seja pelos custos elevados para alimentação dos peixes ou restrições ambientais relacionadas ao local dos tanques. Isso porque alguns açudes foram construídos, no passado, em Áreas de Proteção Permanente, onde não podem ser alterados/ampliados. Em complemento, os usuários não querem eviscerar e descamar o peixe, seja para não comprometer o momento do lazer, não possuir conhecimentos de como fazê-lo ou não dispor de um local adequado para essa atividade em suas casas. Apesar dos pesque-pague disporem de local para beneficiamento dos peixes, nos últimos anos, se somou a dificuldade de conseguir mão de obra, especialmente, pelo caráter temporário e incerto que caracteriza o setor.

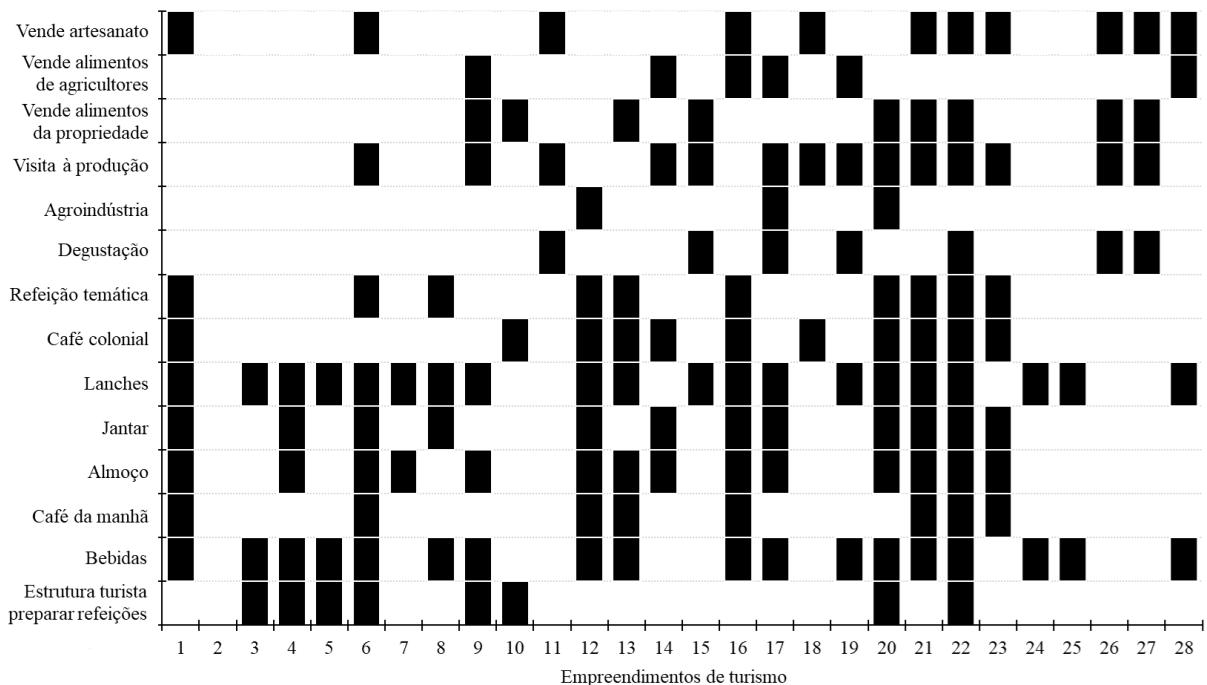
Diante dos desafios e novas tendências, os tipos de serviços ofertados por cada ET e entre eles geralmente se alteram no tempo. Na última década, vem crescendo o agroturismo, com nove ET mobilizando sistemas de produção agrícola ou agroindustrial como base da oferta. Esse atributo é o principal elemento em algumas agroindústrias de produtos tradicionais, as quais já comercializavam na região e foram convidadas a compor os roteiros. Além de enriquecerem a oferta via degustação de alimentos tradicionais e diferenciados, essa iniciativa contribui para fortalecer a reputação e agrega um novo canal de comercialização para os produtos (Strate; Conterato, 2019; Lauermann *et al.*, 2022; Souza; Chiodi, 2023). Em visitas aos locais de produção agrícola são ofertados a degustação de frutas nativas (raras no comércio), colhe e pague de novas espécies (ex. pitaia), observação de atividades produtivas diferenciadas (agrofloresta, produção orgânica) e a visitação aos meliponários com consumo de méis de até quinze espécies de abelhas nativas sem ferrão (Dresch, 2021). Assim como apontado por Cipolat e Bidarte (2022), a valorização da biodiversidade e de formas alternativas de produção são mobilizadas como parte das ações de educação ambiental, base para a construção de um referencial de sustentabilidade. Os objetos artesanais e móveis/construções rústicas aparecem com frequência na oferta do turismo regional, como nos utensílios em madeira produzidos pelo ET25. A esses se somam uma diversidade de materiais produzidos e/ou revendidos para decoração, lembranças ou uso no dia a dia (Figura 4).

A alimentação aparece em 96,4% dos ET, sejam com a finalidade de viabilizar a permanência do turista, como principal atrativo ou complementar. Os campings oferecem ou alugam espaços para os usuários prepararem alimentos que levam de casa (ex. churrasqueiras), restringindo o consumo de bebidas às vendidas no local. A origem dos lanches é flexível, podendo ser levada pelo usuário ou adquirida no local. Na oferta de produtos, esse tipo de ET prioriza-se alimentos pré-prontos (ex. congelados) para evitar picos de mão de obra, com poucos alimentos preparados na hora (ex. frituras). A oferta de refeições (almoço, jantar) tende a restringir-se a datas específicas, como festas organizadas pelo empreendimento ou por reserva para confraternizações (ex. empresas).

Nos últimos anos tem surgido ET especializados na oferta de alimentos descritos como ‘comida afetiva’, os quais mobilizam o saber fazer e as tradições familiares. A culinária

diversificada vem substituindo ou enriquecendo a oferta para além do churrasco, valorizando alimentos ligados ao histórico de ocupação da região em refeições temáticas e cafés coloniais. Ganham espaço alimentos produzidos e consumidos tradicionalmente pelos agricultores, formas de preparo com instrumentos e receitas diferenciadas, as quais tornam o ato de se alimentar uma experiência. Em complemento, o contato direto com o visitante cria um canal de comercialização para seus produtos, na direção da construção social dos mercados (Souza; Chiodi, 2023). Nessa direção, 67,8% dos ET relataram enriquecer a oferta realizando vendas de produtos associados aos serviços, sendo 39,2% de produtos do artesanato, 32,1% de alimentos de produção própria e 21,4% provenientes de outros agricultores.

Figura 4 – Tipos de alimentos e artesanato presentes na oferta de serviços em 28 empreendimentos turísticos situados em ambiente rural e entrevistados na região Caminhos da Fronteira.



Fonte: Pesquisa de campo realizada entre 09/2022 e 08/2023.

A criação de uma oferta articulada (entre serviços e alimentos) tem sido mobilizada por alguns empreendimentos e roteiros para gerar sinergias entre as iniciativas, na direção de uma cesta de bens e serviços (Cazella *et al.*, 2020). Apesar da valorização de alimentos de qualidade, o *terroir* tem sido pouco mobilizado como base para valorizar alimentos especiais, os quais articulam turismo como indicação geográfica (Ceolho-Costa, 2019; Felisberto; Guerroué, 2019). A maior articulação é observada no município de Anchieta (SC), em que os atores mobilizaram a história do milho crioulo como base para ofertar serviços turísticos. Nessa direção, o projeto de indicação geográfica em andamento contribuiu com a realização de duas edições do Festival Gastronômico do Milho Crioulo, criando sinergias com o turismo.

Apesar de Ferreira e Bernardy (2018) apontarem a importância de criar uma rota rural, a criação de roteiros tem sido pouco efetiva na região deste estudo, assim como observado na Quarta Colônia/RS (Cereta *et al.*, 2020). Na região Caminhos da Fronteira, a ampla maioria dos acessos se mantém via visita há um único ET, repassando ao usuário a possibilidade de montar seu roteiro ao contatar outros ofertantes individualmente. Observou-se diferenças significativas entre os municípios nesse quesito, sendo que o acesso por roteiros a distintos ET funciona

melhor quando as associações ou grupos de turismo são mais estruturadas, representando o setor junto ao poder público e auxiliando os empreendimentos na relação com os usuários (Capelesso *et al.*, 2023). A análise da experiência de turismo de base comunitária da Acolhida na Colônia na Serra Catarinense evidencia a importância das estruturas associativas, cumprindo funções de apoio aos ET via parcerias com outras instituições (Endlich; Teixeira, 2022). Essa ação coletiva pode ser um caminho para otimização da mão de obra, especialmente, para fazer o trabalho de divulgação e comercialização. Como apontam Rossini *et al.* (2022), o capital social pode ser mobilizado como ponto base para ativar recursos que contribuem para projetos de turismo comunitário em espaço rural, oferecendo coesão social e valorização cultura que contribuem para o bem viver.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a história de constituição da região Caminhos da Fronteira, observa-se que o turismo em ambiente rural representa um fenômeno recente. Antes disso a dinâmica social era ditada basicamente pelo funcionamento das comunidades rurais, relações de parentesco e amizade. Em um contexto de múltiplas transformações, nos anos 1980, inicia a criação de alguns espaços destinados a contar a história, os museus. Contudo, os primeiros empreendimentos concebidos para ofertar serviços iniciam-se nos anos 1990. Em sua maioria, foram gestados por famílias que buscavam alternativas diante do contexto de crise econômica pela qual passava a agricultura. Como é comum em processos inovativos, após um período de entusiasmo registra-se um período de estabilidade, com poucos ET criados na primeira década do Século XXI. Na sequência, registra-se novo período de criação de ET, ampliando e diversificando a oferta.

O crescimento no número de empreendimentos vem acompanhado da diversificação nos tipos de recursos e nas estratégias de ativação. Essa se inicia com a demanda de usuários que buscam o contato com a natureza, que reflete uma alteração no sentido atribuído aos recursos naturais. Ao serem mobilizados como base para novas atividades, esses deixam de ser vistos exclusivamente como base para produção agropecuária, valorizando outras funções do espaço agrário. Os serviços mais antigos referem-se ao funcionamento de *campings* e esportes de aventura. Embora como serviço de consumo local, a estrutura das comunidades, festas típicas e museus municipais vem sendo incorporados recentemente aos roteiros, puxados pelos atores públicos e associativos. Essa gradativa conversão de experiências baseadas em relações de reciprocidade (comunidade, amizade, família) enriquecem a oferta dos serviços e contribuem para a continuidade das organizações.

Nos empreendimentos criados na última década, a ativação de recursos torna-se mais diversificada, expressa em: outras formas de valorização da natureza, como a paisagem, cachoeiras, caminhadas na floresta e isolamento; valorização da cultura local, sobretudo, das festas, danças, alimentação típica e do modo de vida no campo; a história local, presente nos museus, mas também trajetórias particulares contadas em cada ET; o agroturismo, com destaque para o conhecimento e experiências ligados a novas formas de produzir; e os esportes de aventura; a observação de animais; formas artesanais e inovadoras de produção de alimentos, utensílios e espaços de vida. Como resultado, a diversificação do turismo local amplia as possibilidades para os residentes da região encontrarem serviços, sem precisar viajar para localidades distantes. Em complemento, a ressignificação do território reflete no imaginário de

possibilidades, o que pode contribuir para um grupo maior de atores desenvolverem a noção de pertencimento e vislumbrarem ali seu futuro, sem a necessidade de migrar para outras regiões.

Cabe destacar que a estruturação da oferta tem se baseado em iniciativas com caráter familiar, seja de agricultores ou atores que regressam ao campo. Outro elemento recorrente refere-se à ausência de um planejamento prévio para a oferta dos serviços, sendo a estruturação dos ET geralmente representa uma resposta à demanda dos usuários. Isso tende a ampliar a expressão dos ET com pouco conhecimento e profissionalismo no setor. Por sua vez, nem todos os atores com acesso a recursos naturais em suas propriedades passam a realizar a oferta, seja por falta de mão de obra ou não interesse em atuar no setor. Para tornar viável essa ativação, alguns atores externos têm procurado firmar parcerias, assumindo o papel de criar a oferta de serviços e atender os usuários. Enquanto essas experiências têm contribuído para a expansão regional do setor, a pesquisa revela que ainda persistem recursos naturais pouco conhecidos e uma diversidade de elementos socioculturais a serem mobilizados. Em síntese, para além da trajetória aqui descrita, o setor continuará a se transformar.

AGRADECIMENTOS E INFORMAÇÕES

Agradecemos ao apoio financeiro à execução do projeto realizada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. Destaca-se que o projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos (CEP/IFSC), registrado com o CAAE 61759422.5.0000.0185.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** São Paulo: Edusp, 2007.

ANJOS, F. A.; ANDRADE, I. C. F. As regiões turísticas de Santa Catarina: análise do desenvolvimento turístico regional a partir da categorização do mapa do turismo brasileiro – 2019 (MTur). **Turismo, Visão e Ação**, v. 23, n. 2, p. 435-457, 2021. Doi: 10.14210/rtva.v23n2.p435-457

ASSUNÇÃO, P. **História do turismo no Brasil entre os séculos XVI e XX: viagens, espaço e cultura.** São Paulo: Manole, 2011.

BAVARESCO, P. R.; FRANZEN, D. O.; FRANZEN, T. E. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. **Revista Trilhas da História**, v. 3, n. 5, 86-104, 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo rural.** Roteiros do Brasil. Programa de Regionalização do Turismo, Brasília: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado.** Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

CAMPOS, I. História econômica da colonização do Extremo Oeste Catarinense 1920/1980. **Paper do NAEA**, n. 319, p. 1-24, 2013. Doi: 10.18542/papersnaea.v22i1.11297

CANDIOTTO, L. Z. P. Elementos para o debate acerca do conceito de turismo rural. **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 1, p. 3-24, 2010. Doi: 10.11606/issn.1984-4867.v21i1p3-24

CAPELLESSO, A. J. **Crédito e seguro da agricultura familiar**: políticas públicas de apoio à sustentabilidade ou de subsídio a sistemas produtivos de baixa eficiência? 2016. Tese (Doutorado em Agroecossistemas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

CAPELLESSO, A. J. *et al.* A estruturação do turismo no extremo oeste catarinense: reflexões a partir da cesta de bens e serviços territoriais. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; 11. 2023. Santa Cruz do Sul. **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC, 2023. Disponível em <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/download/23391/1192614436>.

CAPELLESSO, A. J. *et al.* A identificação e ativação de recursos pelos atores: as sementes de uma cesta de bens e serviços territoriais em Anchieta (SC). **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 205-223, 2022. Doi: 10.37370/raizes.2022.v42.774

CAPELLESSO, A. J.; CAZELLA, A. A.; SCHMITT FILHO, A. L. A sustentabilidade nas políticas públicas de crédito rural e seguro agrícola para a agricultura familiar. **Século XXI Revista de Ciências Sociais**, v. 7, n. 1, p. 157-188, 2017. Doi: 10.5902/2236672528134

CAZELLA, A. A. *et al.* O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 13, n. 3, p. 193-206, 2020.

CERETA, C. C. *et al.* Perspectivas territoriais de desenvolvimento a partir do Turismo Rural: o caso do território Quarta Colônia/RS, Brasil. **Redes**, v. 25, n. Especial 2, p. 2343-2360, 2020. Doi: 10.17058/redes.v25i0.14544

CIPOLAT, C.; BIDARTE, M. V. D. Rural development and countryside diversification: study on rural tourism practices in the Brazilian Pampa Biome Region. **Turismo, Visão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 25-45, 2022. Doi: 10.14210/rtva.v43n1.p25-45

CLAR, E.; AYUDA, M-I. Rural migration and agricultural modernization. An analysis of provincial Spain during its great rural exodus, 1960–1981. **Historia Agraria**, v. 90, p. 223-255, 2023. Doi: 10.26882/histagrar.090e07c

COELHO-COSTA, E. R. Breves considerações sobre comida local, terroir, indicações geográficas e turismo gastronômico. **Desenvolvimento Regional em Debate**, v. 9, n. Ed. esp. 2, p. 262-293, 2019. Doi: 10.24302/drd.v9iEd.%20esp.%202.2497

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da cesta de bens e serviços territoriais. **Revista Raízes**, v. 42, n. 1, p. 114-133, 2022. Doi: 10.37370/raizes.2022.v42.782

DORIGON, C. *et al.* **Produtos coloniais**: tradição e mudança. Chapecó: Argos, 2015.

DRESCH, E. R. **Caracterização inicial da meliponicultura no Extremo Oeste de Santa Catarina.** 2021. TCC (Curso superior de Agronomia) – Instituto Federal de Santa Catarina, São Miguel do Oeste, 2021.

ENDLICH, A. M.; TEIXEIRA, J. C. Turismo de base comunitária: experiências em pequenas localidades. **Redes**, v. 27, n. 1, p. 1-22, 2022. Doi: 10.17058/redes.v27i.15441

FÁVERO, L. P. **Manual de análise de dados:** estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FELISBERTO, A. F.; GUERROUÉ, J-L. L. A convergência entre o turismo rural e as indicações geográficas brasileiras. **Desenvolvimento regional em debate.** v. 9, Ed. esp. 2, p. 248-261, 2019. Doi: 10.24302/drd.v9iEd.esp2.2588

FERREIRA, A. S.; BERDARDY, R. J. Estudo e proposições para desenvolvimento estratégico do turismo no município de Itá (SC), **Desenvolvimento regional em debate.** v. 8, n. 1, p. 70-89, 2018. Doi: 10.24302/drd.v8i1.1710

GARBUIO, M. E. M. da M. *et al.* Gestão de crise no turismo: reflexos da pandemia da Covid-19 nos meios de hospedagem do município de Torres, Rio Grande do Sul – Brasil. **Turismo, Visão e Ação**, v, 24, n. 3, p. 527-547, 2022. Doi: 10.14210/rtva.v24n3.p527-547

GARCIA JUNIOR, A. R. A sociologia rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro. **Sociologias**, v. 5, n. 10, 154 189, 2003.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo como instrumento de desenvolvimento rural:** sistematização e análise das estratégias utilizadas para a implantação de um programa de agroturismo nas encostas da serra geral catarinense. 2003. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

GUZZATTI, T. C. **O agroturismo elemento dinamizador na construção de territórios rurais:** o caso da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia em Santa Rosa de Lima (SC). 2010. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

HICKENBICK, C. *et al.* A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em Santa Catarina e as suas relações com o turismo cultural. **Turismo, Visão e Ação**, v. 23, n. 2, p. 415-434, 2021. Doi: 10.14210/rtva.v23n2.p415-434

KLUG, J.; SANTOS, M. T.; LIMA, A. B. **Atlas geográfico de Santa Catarina.** 2018. Doi: 10.5965/978858302152032018102

LAUERMANN, D. **A cesta de bens e serviços territoriais e os mercados alimentares físicos e digitais de agroindústrias familiares.** Pato Branco, 2023. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2023.

LAUERMANN, D.; CAPELLESSO, A. J.; GAZOLLA, M. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais aplicado à análise das agroindústrias familiares e suas especificidades alimentares no extremo oeste catarinense. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 42, n. 1, p. 150-167, 2022. Doi: 10.37370/raizes.2022.v42.786

LEE, T. H. A structural model to examine how destination image, attitude, and motivation affect the future behavior of tourists. **Leisure Sciences**, v. 31, n. 3, p. 215–236, 2000. Doi: 10.1080/01490400902837787

LÓPEZ-RICHARD, V.; CHINÁGLIA, C. R. Turismo de aventura: conceitos e paradigmas fundamentais. **Revista Turismo em Análise**, v. 15, n. 2, p. 199-215, 2004. Doi: 10.11606/issn.1984-4867.v15i2p199-215

MACHADO, A. G.; CAUME, D. J. Novas funções e novas atividades como alternativas de desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 27, n. 1, p. 97–104, 2008. Doi: 10.37370/raizes.2008.v27.290

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8.ed., São Paulo: Atlas, 2017.

MARTIGNONI, L.; CORONA, H. M. P. Lazer e a ruralidade contemporânea para além da racionalidade capitalista. **Desenvolvimento Regional em debate**, a. 3, n. 1, 2013. Doi: 10.24302/drd.v3i1.395

MIELE, M.; MIRANDA, C. R. O desenvolvimento da agroindústria brasileira de carnes e as opções estratégicas dos pequenos produtores de suínos do Oeste Catarinense no início do século 21. In: EMBRAPA. **A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível?** Brasília: CGEE, 2013, p. 201-231.

MORAIS, A. L. S. Senhores de engenho e lavradores de cana-de-açúcar da capitania de Pernambuco: Conflitos e direitos de propriedade, América portuguesa, Século XVIII. **História Agrária**, v. 83, p. 73-95, 2021. Doi: 10.26882/histagrar.083e02s

NOVAES, M. H. Turismo rural em Santa Catarina. **Revista Turismo em Análise**, v. 5, n. 2, p. 43-50, 1994. Doi: 10.11606/issn.1984-4867.v5i2p43-50

OLIVEIRA, A. R. Considerações sobre a tipologia do turismo brasileiro. **Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia**, v. 9, n. 1, p. 12-23, 2018. Doi: 10.14393/OREG-v9-n1-2018-2

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). **Introdução ao turismo**. 3 ed. São Paulo: Roca, 2001.

PADILLA, Ó. T. **El turismo**: fenómeno social. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1997.

PANOSSO NETTO, A. **O que é turismo**. Brasiliense: Tatuapé, SP, 2010.

PEREIRA, E. L.; ZIMMERMANN, A. J. As potencialidades turísticas do roteiro caminhos da fronteira. **NAVUS**, v. 6, n. 5, p. 141-150, 2016.

PRESVELOU, C. Ações inovadoras em turismo rural. In: ALMEIDA, J. A.; FROELICH, J. M.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 2000, p 143-162.

RENK, A. A. **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste Catarinense. Chapecó: Editora Grifos, 1997.

RIBEIRO, M. Turismo e desenvolvimento de regiões desfavorecidas: o caso de Trás os Montes e Alto Douro – Portugal. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v. 21, n. 1, p. 91–100, 2002. Doi: 10.37370/raizes.2002.v21.183

ROSSINI, C. et al. Revelando benefícios do turismo rural comunitário: roteiro turístico sabores e saberes, Ajuricaba, RS. **Desenvolvimento regional em debate**, v. 12, p. 248-264, 2022. Doi: 0.24302/drdd.v12.3584

SANTA CATARINA. **Relatório do Cadastro Catarinense de Museus**. Fundação Catarinense de Cultura. Diretoria de Patrimônio Cultural, Gerência de Museus, Coordenação do Sistema Estadual de Museus de Santa Catarina. - Florianópolis: Edições FCC, 2021.

SILVA, R. M. D. Elementos para uma análise sociológica das Políticas Patrimoniais no sul do Brasil: cultura, turismo e desenvolvimento. **Redes**, v. 21, n. 1, p. 174-188, 2016. Doi: 10.17058/redes.v21i1.5230

SOUZA, J. P. M.; CHIODI, R. E. Desafios e potencialidades do turismo na área rural: um estudo de caso na Serra da Mantiqueira. **Turismo, Visão e Ação**, v. 25, n. 2, p. 175-197, 2023. Doi: 10.14210/rtva.v25n2.p284-304

STRATE, M. F. D.; CONTERATO, M. A. Práticas de agroindustrialização e arranjos produtivos locais como estratégia de diversificar e fortalecer a agricultura familiar no Rio Grande do Sul. **Redes**, v. 24, n. 1, p. 227-245, 2019. Doi: 10.17058/redes.v24i1.13052

TECCHIO, A. et al. Desenvolvimento territorial no Extremo Oeste de Santa Catarina: a abordagem a cesta de bens e serviços territoriais. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2021.

VALENTINI, D. J. **Atividades da Brazil Railway Company no Sul do Brasil**: a instalação da Lumber e a Guerra na Região do Contestado (1906–1916). 2009. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

VASCONCELOS, F. P.; SILVA, A. C. P.; COSTA, L. F. Turismo de aventura e ecoturismo: entre práticas e normas no contexto brasileiro. **RITUR: Revista Iberoamericana de Turismo**, v. 2, n. 2, p. 108-138, 2012.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VIEIRA, K. M.; LENZ, S. R.; VISENTINI, M. S. Financiamento, bem-estar financeiro e qualidade de vida: percepções dos beneficiários do Pronaf. **História Agrária**, v. 84, p. 209-238, 2021. Doi: 10.26882/histagrar.084e07k

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo: EdUPF, 1999, p. 23-56.

WERKA, G. *et al.* Turismo rural e de pesca como estratégia de desenvolvimento local no distrito de Paula Pereira, Canoinhas/SC. **Desenvolvimento Regional em debate**, v. 14, p. 172-189, 2024. Doi: 10.24302/drd.v14.4845

ZAOUAL, H. **Nova economia das iniciativas locais:** uma introdução ao pensamento pós-global. Rio de Janeiro: DP&A: Consulado Geral da França/COOPE/UFRJ, 2006.